

# PREGÃO ELETRÔNICO

*90006/2026*

**CONTRATANTE (UASG)**  
*(180194)*

**OBJETO**  
*Aquisição de 23 (vinte e três) ares condicionados*

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
*R\$ 80.179,68*

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia *15/06/2026 às 08h* (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
*menor preço*

**MODO DE DISPUTA:**  
*aberto e fechado*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
*SIM*



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

## Edital 7/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	180194-ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR	ROBERTO DE FREITAS MARTINS	26/05/2026 10:09 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	33/2026	SEI 057.00152258/2026-64

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

## Preâmbulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026  
(Processo Administrativo nº 057.00152258/2026-64)

Torna-se público que o(a) CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA POLICIA MILITAR, por meio do(a) Seção de Finanças, sediado(a) rua Ribeiro de Lima, 140 - São Paulo/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de ares condicionados enquadrando-se como fornecimento com entrega imediata de bens comuns conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em 04 (quatro) itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os 04 (quatro) itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou

funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. DA PROPOSTA, DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**

### **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca/Fabricante;

5.1.3. Modelo/Versão.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DE SESSÃO PROPOSTAS E LANCE**

### **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o

qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br>)

/sancoes/consulta);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão



no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [cipmuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cipmuge@policiamilitar.sp.gov.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. O cálculo e a aplicação da sanção de multa, bem como a aplicação das sanções de advertência, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar serão realizados conforme o disposto neste Edital e na Resolução SSP-05/2026, a qual integra este instrumento convocatório e a ele segue anexa.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## **13. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [cipmuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cipmuge@policiamilitar.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <https://compras.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://compras.sp.gov.br>.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.1.2. Anexo I.2 - Matriz de Gerenciamento de Risco;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;
- 14.15.3. ANEXO III – Resolução SSP-05/2026;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo de planilha proposta.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO CUNHA DE SOUZA**

Subscritor do Edital



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 10:09:18.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. Anexo I - TR para anexar ao Edital.pdf (1.98 MB)
- Anexo II - 2. Anexo II - Minuta da Nota de Empenho.pdf (207.56 KB)
- Anexo III - 3. Anexo III - Resolucao SSP n 05-2026 - Regulamenta a aplicacao das sancoes adm Lei 14133.21.pdf (1.2 MB)
- Anexo IV - 4. Anexo IV - Modelo de Planilha de Proposta.pdf (10.71 KB)

ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

# TERMO DE REFERÊNCIA 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato

UASG

9/2026

Status

ASSINADO

180194-ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

Editado por

CELSO RICARDO DE BRITO

Atualizado em

08/04/2026 15:25 (v 0.9)

## Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

33/2026

Processo Administrativo

057.00152258/2026-64

## 1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 23 (vinte e três) ares condicionados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	ND	QTD	Valor Unit.	Valor Total
01	Ar-Condicionado 9000 BTUs	349350	449052340	6	R\$ 2.981,94	R\$ 17.891,64
02	Ar-Condicionado 12000 BTUs	244046	449052340	8	R\$ 3.066,00	R\$ 24.528,00
03	Ar-Condicionado 18000 BTUs	461900	449052340	6	R\$ 3.661,34	R\$ 21.968,04
04	Ar-Condicionado 24000 BTUs	349350	449052340	3	R\$ 5.264,00	R\$ 15.792,00
TOTAL						R\$ 80.179,68

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual n.º 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual n.º 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20, da Lei n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual n.º 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da emissão da nota de empenho, suficiente para entrega, instalação e garantia inicial dos equipamentos.

## Subcontratação

1.4. O contrato não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Equipamentos com alta eficiência energética;

4.1.2. Uso de fluido refrigerante ecológico;

4.1.3. Descarte ambientalmente adequado dos equipamentos antigos;

4.1.4. Redução do consumo energético.

### **4.2. Indicação de marcas**

4.2.1. Não há indicação restritiva de marcas, sendo admitidos produtos equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.2.1. Rua Ribeiro de Lima, 140, Bairro Luz, São Paulo, CEP: 01122-000, de segunda-feira à sexta-feira, no horário do expediente compreendido entre 09h00min às 12h00min e entre 14h00min às 17h00min.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as



reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	ND	QTD	Valor Unit.	Valor Total
01	Ar-Condicionado 9000 BTUs	349350	449052340	6	R\$ 2.981,94	R\$ 17.891,64
02	Ar-Condicionado 12000 BTUs	244046	449052340	8	R\$ 3.066,00	R\$ 24.528,00
03	Ar-Condicionado 18000 BTUs	461900	449052340	6	R\$ 3.661,34	R\$ 21.968,04
04	Ar-Condicionado 24000 BTUs	349350	449052340	3	R\$ 5.264,00	R\$ 15.792,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 80.179,68</b>

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 80.179,68 (oitenta mil e cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima e em Anexo do processo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELSO RICARDO DE BRITO**

Chefe Logística



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 15:25:12.*

## ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

**Estudo Técnico Preliminar 12/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00152258/2026-64

**2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

Constituição Federal: artigo 37, inciso XXI;

Lei Federal nº 14.133/21: artigo 6º, inciso XX; artigo 18, inciso I e §§1º e 2º;

Decreto Estadual nº 68.017/23.

**3. Descrição da necessidade**

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade técnica de **restabelecimento e adequação das condições de climatização dos ambientes internos**, tendo em vista a existência de equipamentos com **falhas recorrentes, degradação de desempenho e obsolescência tecnológica**.

3.2. Sob a ótica da engenharia de climatização, foram identificadas as seguintes condições críticas:

**3.2.1. Degradação de desempenho térmico:**

Equipamentos existentes apresentam redução significativa da capacidade de troca térmica ( $\Delta T$  insuficiente), decorrente de desgaste de compressores, serpentinas comprometidas e perda de eficiência do ciclo frigorífico.

**3.2.2. Ineficiência energética:**

Sistemas antigos operam com baixo coeficiente de performance (COP/EER), implicando maior consumo de energia elétrica e aumento do custo operacional.

**3.2.3. Condições de descarte técnico (fim de vida útil):**

3.2.3.1. Verificou-se que diversos equipamentos:

- Ultrapassaram sua vida útil estimada;
- Apresentam indisponibilidade de peças de reposição;
- Demandam manutenções corretivas com custo superior ao valor residual do equipamento;
- Operam com fluídos refrigerantes obsoletos ou ambientalmente menos adequados.

**3.2.4. Risco à continuidade operacional:**

3.2.4.1. Falhas nos sistemas de climatização impactam diretamente ambientes sensíveis, inclusive aqueles com equipamentos eletrônicos, comprometendo a continuidade das atividades institucionais.

**3.2.5. Condições ambientais inadequadas:**

3.2.5.1. Ambientes internos apresentam:

- Temperaturas acima dos limites recomendados (NR-17 – ergonomia);
- Baixa renovação e qualidade do ar;
- Desconforto térmico acentuado em períodos de alta carga térmica externa.

### 3.2.6. Impactos na saúde e produtividade:

3.2.6.1. Ambientes não climatizados ou com climatização deficiente contribuem para fadiga térmica, redução de desempenho cognitivo e agravamento de condições respiratórias.

3.2.6.2. Dessa forma, a substituição dos sistemas existentes é **tecnicamente mandatória**, visando restabelecer parâmetros adequados de conforto térmico, eficiência energética e confiabilidade operacional.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Logística	Celso Ricardo de Brito

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os sistemas a serem adquiridos deverão atender a requisitos técnicos mínimos:

### 5.1.1. Requisitos dos equipamentos:

- Tecnologia preferencial **Inverter**, com controle de capacidade variável;
- Classificação energética **mínima A (INMETRO/PROCEL)**;
- Utilização de fluido refrigerante ecológico (ex: R-410A ou R-32);
- Baixo nível de ruído (adequado a ambientes administrativos);
- Proteções elétricas integradas (sobrecarga, sobrecorrente, etc.).

### 5.1.2. Dimensionamento térmico:

- Cálculo de carga térmica baseado em:
  - Área útil (m²);
  - Altura do pé-direito;
  - Ocupação (nº de pessoas);
  - Equipamentos dissipadores de calor;
  - Insolação e orientação solar;
- Observância de metodologias consagradas (ex: NBR 16401).

### 5.1.3. Sustentabilidade:

- Equipamentos com menor consumo energético;
- Descarte ambientalmente adequado dos equipamentos substituídos;
- Redução de impacto ambiental indireto.

## 5.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

(art. 18, §1º, inciso IV)

5.2.1. A estimativa de quantitativo será definida e transcrita no item 8 destes Estudo Técnico Preliminar com base em levantamento técnico realizado nas dependências da OPM, considerando:

5.2.1.1. Quantidade de equipamentos danificados;

5.2.1.2. Equipamentos em fim de vida útil;



## 6. Levantamento de Mercado

6.1. Foram analisadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

### 6.1.1. Manutenção dos equipamentos existentes:

- Desvantagens: alto custo, baixa eficiência e recorrência de falhas;
- Conclusão: economicamente inviável.

### 6.1.2. Aquisição de novos equipamentos (solução adotada):

- Maior eficiência energética;
- Redução de custos operacionais;
- Maior confiabilidade.

### 6.1.3. Locação de equipamentos:

- Dependência contratual contínua;
- Custo elevado a longo prazo;
- Não recomendada.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução contempla:

7.1.1. Fornecimento de equipamentos adequadamente dimensionados;

7.1.2. Garantia e suporte técnico.

7.2. **Havendo divergência entre o item CATMAT e o campo "descrição como um todo" dos itens abaixo, prevalecerá o previsto no campo "descrição como um todo".**

7.3. Descrição dos itens:

**Item 01:** Ar Condicionado:

**I. CATMAT:** 349350;

**II. Unidade de fornecimento:** Unidade;

**III. Modelo:** Condicionador de Ar Split Hi Wall, Inverter, 9.000 Btu/h, ;

**IV. Tensão:** 220v, 800w;

**V. Garantia:** 12 meses;

**VI. Descrição como um todo:**

- **Tipo e Modelo:** Condicionador de Ar do tipo Split Hi Wall, Inverter.
- **Capacidade:** 9.000 BTU/h.
- **Operação:** Ciclo quente e frio.

- **Vazão de Ar:** Mínimo de 600 m³/h.
- **Filtro:** Tipo lavável, antibactéria.
- **Voltagem:** 220 V.
- **Consumo Aproximado:** 800 W.
- **Selo Procel:** Classificação "A".
- **Funções:** Turbo, Sleep, Swing, controle de velocidade, Timer, desumidificação.
- **Nível de Ruído:** Baixo.
- **Composição do Equipamento:** 01 unidade interna (evaporadora) e 01 unidade externa tipo horizontal (condensadora).
- **Gás Utilizado:** R32.
- **Gabinete:** Confeccionado em chapa de aço galvanizado e plástico ABS na cor branca.
- **Dimensões Aproximadas:**
  - Unidade interna: 30 x 75 x 20 cm (A x L x P).
  - Unidade externa: 55 x 70 x 25 cm (A x L x P).
- **Acessórios Inclusos:** Controle remoto, display digital, manual de instruções e certificado de garantia em português.
- **Garantia:** Prazo mínimo de 12 meses.
- **Norma Técnica:** Conforme ABNT NBR 16.401.

**Item 02:** Ar Condicionado:

**I. CATMAT:** 244046;

**II. Unidade de fornecimento:** Unidade;

**III. Modelo:** Split Hi-Wall (parede) com tecnologia Inverte, 12.000 BTU/h;

**IV. Tensão:** 220 Volts; 60 Hz; 1800w;

**V. Garantia:** 12 meses;

**VI. Descrição como um todo:**

- **Tipo:** Condicionador de Ar do tipo Split Hi-Wall (parede) com tecnologia Inverter.
- **Capacidade:** No mínimo 12.000 BTU/h, monofásico.
- **Operação:** Frio.
- **Vazão de ar:** No mínimo 500 m³/h.
- **Filtro:** Do tipo lavável.
- **Voltagem:** 220 Volts, 60 Hz.

- **Consumo aproximado:** 1.800 W.
- **Selo Procel:** Classificação energética A.
- **Funções:** 03 velocidades.
- **Nível de ruído:** Máximo da unidade interna de 45 dB.
- **Composição do equipamento:** 01 unidade condensadora quadrada externa e 01 unidade evaporadora interna.
- **Gás refrigerante:** R32.
- **Acessórios inclusos:** Controle remoto.
- **Documentação:** Manual de instruções e certificado de garantia em português.

**Item 03:** Ar Condicionado:

**I. CATMAT:** 461900;

**II. Unidade de fornecimento:** Unidade;

**III. Modelo:** Hi-wall, Inverter, 18000 Btus;

**IV. Tensão:** 220 V;

**V. Garantia:** 1 ano;

**VI. Descrição como um todo:**

- **Tipo e Modelo:** Condicionador de Ar do tipo Split Hi-Wall, Inverter.
- **Capacidade:** 18.000 BTU/h.
- **Operação:** Frio.
- **Vazão de Ar:** Mínimo de 700 m³/h.
- **Filtro:** Tipo removível e lavável.
- **Voltagem e Frequência:** 220 V, 60 Hz.
- **Consumo Aproximado:** 1.800 W.
- **Funções:** Sleep, Timer, ajuste automático de temperatura, 3 velocidades.
- **Nível de Ruído e Display:** Baixo nível de ruído e display LCD.
- **Composição do Equipamento:** 01 unidade interna (evaporadora) e 01 unidade externa (condensadora).
- **Gás Utilizado:** R-32.
- **Gabinete:** Confeccionado em chapa de aço galvanizado e plástico ABS.
- **Dimensões Aproximadas:**
  - Unidade interna: 292 x 920 x 225 mm (A x L x P).
  - Unidade externa: 590 x 760 x 285 mm (A x L x P).

- **Acessórios Inclusos:** Controle remoto sem fio, manual de instruções e certificado de garantia em português.
- **Garantia:** Prazo mínimo de 12 meses.
- **Normas Técnicas:** De acordo com a legislação vigente e normas da ABNT.

**Item 04:** Ar Condicionado:

**I. CATMAT:** 349350;

**II. Unidade de fornecimento:** Unidade;

**III. Modelo:** Hi-wall Inverter 24000btu/h;

**IV. Tensão:** 220 V;

**V. Garantia:** 1 ano;

**VI. Descrição como um todo:**

- **Tipo:** Split Hi-Wall, Inverter.
- **Capacidade térmica:** Mínima de 24.000 BTU/h.
- **Operação:** Frio.
- **Vazão de ar:** Mínima de 1.090 m³/h.
- **Filtro:** Lavável.
- **Alimentação elétrica:** 220 V, monofásico, 60 Hz.
- **Selo Procel:** Classificação "A".
- **Funções:** Sleep, Timer e Limpeza.
- **Composição do equipamento:**
  - 01 unidade condensadora com serpentina em cobre.
  - 01 unidade evaporadora.
- **Gás refrigerante:** R-32.
- **Material do gabinete:** Chapa de aço galvanizado e plástico ABS.
- **Dimensões aproximadas:**
  - Unidade interna: 336 x 1.085 x 234 mm.
  - Unidade externa: 708 x 854 x 335 mm.
- **Acessórios inclusos:**
  - 01 controle remoto sem fio.
  - Manual de instruções em português.
  - Certificado de garantia em português.

- **Conformidade:** Norma ABNT NBR 16.401.
- **Garantia:** Mínima de 12 meses.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 8.1. Parâmetros para estimativa de quantidade:

8.2. Para a presente estimativa de quantidade, consideraram-se os seguintes parâmetros técnicos:

**8.2.1. I.** Departamentos e seções da OPM desprovidos de equipamentos de climatização ambiental.

**8.2.2. II.** Área útil (em m<sup>2</sup>) dos departamentos e seções da OPM onde serão instalados os equipamentos.

8.3. Com base nesses parâmetros, a estimativa das quantidades a serem adquiridas é a seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade
01	Ar-Condicionado 9000 BTUs	Unidade	6
02	Ar-Condicionado 12000 BTUs	Unidade	8
03	Ar-Condicionado 18000 BTUs	Unidade	6
04	Ar-Condicionado 24000 BTUs	Unidade	3

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. A estimativa do valor da contratação será elaborada com base em **metodologia técnica de pesquisa de preços voltada exclusivamente ao fornecimento de equipamentos de climatização**, observando os parâmetros da legislação vigente e as boas práticas de análise de mercado.

9.2. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

### 9.2.1. Levantamento em bases oficiais de preços públicos:

9.2.1.1. Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal e demais bancos públicos, com foco em aquisições de aparelhos de ar-condicionado com especificações equivalentes, considerando:

- Capacidade térmica (BTU/h);
- Classificação de eficiência energética;
- Tecnologia (inverter ou convencional);
- Marca/modelo ou equivalentes técnicos.

### 9.2.2. Análise de contratações similares recentes:

9.2.2.1. Levantamento de processos licitatórios e atas de registro de preços de outros órgãos públicos, com análise comparativa entre equipamentos similares, observando:

- Faixa de capacidade térmica;
- Padrão tecnológico;
- Atualização temporal dos preços (correção inflacionária, se aplicável).

### 9.2.3. Pesquisa em sítios eletrônicos especializados (e-commerce técnico):

9.2.3.1. Levantamento de preços em plataformas digitais consolidadas, tais como:

- Sites de fabricantes;
- Distribuidores oficiais;
- Grandes varejistas nacionais.

9.3. Serão considerados apenas valores compatíveis com aquisições institucionais, observando:

- Correspondência técnica entre os modelos pesquisados;
- Exclusão de ofertas promocionais, descontos sazonais ou condições não replicáveis em escala administrativa;
- Verificação de disponibilidade e regularidade de fornecimento.

### 9.4. Padronização técnica para comparação de preços:

9.4.1. A pesquisa observará critérios de equivalência técnica entre os equipamentos, tais como:

- Mesma faixa de BTU/h;
- Mesma tecnologia (preferencialmente inverter);
- Mesma classificação energética;
- Tensão elétrica compatível (220V);
- Configuração (split hi-wall, portátil, entre outras).

### 9.5. Tratamento estatístico dos dados coletados:

9.5.1. Os valores obtidos serão submetidos a análise técnica, contemplando:

- Exclusão de valores discrepantes (outliers);
- Utilização de média aritmética ou mediana;
- Justificativa do valor estimado adotado.

### 9.6. Critérios de aceitabilidade da estimativa:

9.6.1. O valor estimado deverá refletir o preço de mercado para equipamentos que atendam plenamente às especificações técnicas mínimas, não sendo admitidos valores incompatíveis com padrões de qualidade e eficiência exigidos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	ND	QTD	Valor Unit.	Valor Total
01	Ar-Condicionado 9000 BTUs	349350	449052340	6	R\$ 2.981,94	R\$ 17.891,64
02	Ar-Condicionado 12000 BTUs	244046	449052340	8	R\$ 3.066,00	R\$ 24.528,00
03	Ar-Condicionado 18000 BTUs	461900	449052340	6	R\$ 3.661,34	R\$ 21.968,04
04	Ar-Condicionado 24000 BTUs	349350	449052340	3	R\$ 5.264,00	R\$ 15.792,00
TOTAL						R\$ 80.179,68

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1. Não se justifica o parcelamento da solução, uma vez que a entrega do objeto da contratação, concebido como solução para a problemática em questão, deverá ocorrer de forma imediata, evidenciando que a contratação em lote único se apresenta como a alternativa mais adequada.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1 Por se tratar de contratação com execução imediata, não há contratação correlata ou interdependente.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista e alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, estando formalizada por meio do seguintes Documento de Formalização de Demanda (DFD): nº 033/2025, sob responsabilidade da unidade demandante, o Centro de Inteligência da Polícia Militar (CIPM).

11.2. A partir da análise das necessidades institucionais, da viabilidade técnica e econômica da contratação e da justificativa para a solução adotada, conclui-se que a aquisição dos bens descritos neste Estudo Técnico Preliminar revela-se necessária e essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas e de apoio operacional do Centro de Inteligência, em consonância com o planejamento institucional e com os princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **13. Resultados Pretendidos**

13.1. Restabelecimento da capacidade térmica adequada;

13.2. Redução do consumo energético;

13.3. Aumento da confiabilidade operacional;

13.4. Melhoria das condições de trabalho;

13.5. Diminuição de custos de manutenção.

## **14. Providências a serem Adotadas**

**14.1. Para a adequada implementação da solução pretendida, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências técnicas e administrativas:**

**14.2. Levantamento técnico detalhado dos ambientes:**

**14.2.1.** Realização de vistoria in loco, com elaboração de relatório técnico contemplando:

14.2.2. Inventário dos equipamentos existentes, com identificação daqueles em condição de descarte (danificados ou em fim de vida útil);

14.2.3. Caracterização dos ambientes (área, pé-direito, ocupação, carga térmica estimada);

14.2.4. Verificação das condições físicas para instalação dos novos equipamentos.

**14.3. Planejamento da substituição dos equipamentos:**

14.3.1. Elaboração de cronograma técnico para substituição dos aparelhos, considerando:

14.3.2. Priorização de ambientes críticos;

14.3.3. Minimização de impactos nas atividades operacionais da OPM;

14.3.4. Logística de retirada dos equipamentos inservíveis e acomodação dos novos.

**14.4. Definição de especificações técnicas padronizadas:**

**14.4.1.** Consolidação dos parâmetros técnicos mínimos para aquisição dos equipamentos, tais como:

14.4.2. Capacidade térmica (BTU/h) adequada a cada ambiente;

14.4.2. Tecnologia;

14.4.3. Eficiência energética;

14.4.4. Compatibilidade elétrica e operacional.

**14.5. Designação de equipe de fiscalização técnica:**

**14.5.1.** Indicação formal de servidor(es) com conhecimento técnico ou apoio especializado para:

14.5.2. Acompanhamento da entrega dos equipamentos;

14.5.3. Verificação de conformidade com as especificações;

14.5.4. Aceite técnico dos bens fornecidos.

**14.6. Gestão de bens inservíveis:**

**14.6.1.** Adoção de medidas administrativas para:

14.6.2. Baixa patrimonial dos equipamentos substituídos;

14.6.3. Destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

**13. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, considerando todo o ciclo de vida dos equipamentos de climatização, desde a aquisição até a destinação final, contemplando os seguintes aspectos:**

**13.1. Gestão e descarte de equipamentos inservíveis:**

13.1.1. Os aparelhos substituídos, classificados como inservíveis ou em fim de vida útil, deverão ter destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), incluindo:

13.1.1.1. Segregação de componentes recicláveis (metais, plásticos, placas eletrônicas);

13.1.1.2. Encaminhamento a empresas licenciadas para tratamento e reciclagem;

13.1.1.3. Registro e rastreabilidade do processo de descarte.

**13.2. Manejo de fluidos refrigerantes:**



**13.2.1.** Deverá ser assegurado o correto recolhimento e destinação dos gases refrigerantes contidos nos equipamentos substituídos, evitando sua liberação na atmosfera, considerando:

13.2.2. Potencial de aquecimento global (GWP) dos fluidos;

13.2.3. Execução do recolhimento por profissional qualificado;

13.2.4. Destinação conforme normas ambientais vigentes.

**13.3. Eficiência energética dos novos equipamentos:**

**13.3.1.** A aquisição priorizará equipamentos com elevada eficiência energética, contribuindo para:

13.3.2. Redução do consumo de energia elétrica (kWh);

13.3.3. Diminuição da demanda sobre o sistema elétrico;

13.3.4. Mitigação indireta de emissões de gases de efeito estufa associadas à geração de energia.

**13.4. Adoção de tecnologias ambientalmente mais adequadas:**

**13.4.1.** Os equipamentos deverão utilizar tecnologias atualizadas, tais como:

13.4.2. Sistemas com tecnologia inverter (maior eficiência operacional);

13.4.3. Uso de fluidos refrigerantes com menor impacto ambiental (ex: R-32 ou equivalentes);

13.4.4. Componentes com maior durabilidade e menor necessidade de substituição.

**13.5. Redução de impactos ao longo do ciclo de vida:**

**13.5.1.** A solução adotada busca minimizar impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos, por meio de:

13.5.1.1. Maior vida útil operacional;

13.5.1.2. Redução da geração de resíduos;

13.5.1.3. Menor necessidade de manutenção corretiva frequente.

## **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

**16.1. Justificativa da Viabilidade**

16.1. A contratação é:

**16.1.1. Tecnicamente necessária**, diante da condição de descarte dos equipamentos existentes;

**16.1.2. Economicamente vantajosa**, pela redução de custos operacionais;

**16.1.3. Operacionalmente crítica**, para continuidade das atividades da OPM.

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELSO RICARDO DE BRITO**

Chefe Logística



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 15:22:40.*

## PESQUISA DE PREÇO

24/03/26

9000 BTUs

[Ar-Condicionado Split Inverter 9000 BTUs TCL T-Pro 2.0 High Wall Só Frio TAC-09CTG2-INV 220V](#)

The screenshot shows the Frigelar website interface. The top navigation bar includes links for 'BAIXE O APP', 'SITE EOS', 'ACVX', 'NOSSAS LOJAS', 'BLOG', 'IMPULSIONA', 'PORTAL DE BOLETINS', 'VRF', 'COMPRE PELO WHATSAPP', 'CENTRAL DE ATENDIMENTO', and 'MEUS PEDIDOS'. The main header features the Frigelar logo, a location pin for São Paulo/SP, a search bar, and links for 'Entre ou Cadastre-se' and 'Calcule os BTUs'. The product page for the 'Ar-Condicionado Split Inverter 9000 BTUs TCL T-Pro 2.0 High Wall Só Frio TAC-09CTG2-INV 220V' is displayed. It includes a large image of the indoor unit, a list of smaller images showing different views and components, and a detailed description. The price is listed as R\$ 1.899,00 with a 32% discount. The page also shows the quantity of BTUs (9000, 12000, 18000, 24000), the cycle (Frio, Quente/Frio), and the delivery options (Entrega Rápida, Entrega Normal). A 'COMPRAR' button is prominently displayed. The bottom of the page shows the CEP (04880-275) and the city (São Paulo/SP).

[Ar Condicionado Split Inverter 9000 BTUs TCL T-Pro 2.0 Frio TAC-09CTG2-INV - 220V](#)

The screenshot shows the Dufrio website interface. The top navigation bar includes links for 'Fale com a loja mais próxima de você', 'Dufrio Parcelas', 'Compre pelo Whatsapp', 'Portal de boletins', 'Ativar Acessibilidade', and 'Lojas'. The main header features the Dufrio logo, a search bar, and links for 'Informe seu CEP', 'Login', and 'Carrinho'. The product page for the 'Ar Condicionado Split Inverter 9000 BTUs TCL T-Pro 2.0 Frio TAC-09CTG2-INV - 220V' is displayed. It includes a large image of the indoor unit, a list of smaller images showing different views and components, and a detailed description. The price is listed as R\$ 1.659,00 with a 10% discount. The page also shows the quantity of BTUs (9000, 12000, 18000, 24000), the cycle (Frio, Quente/Frio), and the delivery options (Entrega Rápida, Entrega Normal). A 'Comprar agora' button is prominently displayed. The bottom of the page shows the CEP (04880-275) and the city (São Paulo/SP).

<https://www.gazin.com.br/produto/ar-condicionado-9000-btus-inverter-t-pro-20-tac-09ctg2-inv-tcl-frio/8694/branco/220-volts>

**Ar Condicionado 9.000 BTUs Inverter T-Pro 2.0 TAC-09CTG2-INV TCL Frio - Branco - 220 Volts**

Cód. 10146-120859.0.2

★★★★★ 4.6 (12 avaliações)

Mantenha o clima mais ameno e agradável mesmo diante de altas temperaturas usando tecnologia, economia e facilidade de interação a seu favor com o Ar Condicionado TCL TAC-09CTG2-INV ciclo frio de 9.000...

[Mais informações](#)

Voltagem: 220v

Cor: Branco

Vendido por Gazin  
Entregue por Gazin Bahia

R\$ 2.098,00 **21%**  
**R\$ 2.199,90** No Pix  
R\$ 2.365,48 em até 12x sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

Quantidade: 1

[Comprar agora](#)

[Adicionar ao carrinho](#)

[Calcular frete e prazo](#) [Ativar localização](#)

Digite seu CEP [Ok](#)

**Compre junto!**

12000 BTUs

<https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-12000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-12ctg2-inv-220v/p/kit10553>

**Ar-Condicionado Split Inverter 12000 BTUs TCL T-Pro 2.0 High Wall Só Frio TAC-12CTG2-INV 220V**

Modelo: TCL T-Pro 2.0

Código: kit053 (Ver descrição completa)

Quantidade de BTUs: 9000 12000 18000 24000

Ciclo: Frio Quente/Frio

Entrega por Frete: R\$ 3.391,67 **30%**  
**R\$ 2.049,00**  
à vista com 7% de desconto no PIX  
ou R\$ 2.203,23 em 8x de R\$ 275,40 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

Leve também

☐ Instalação de Ar-Cond. R\$ 1.399,00 [Ver detalhes](#)

☐ Garantia Estendida Ag. R\$ 164,54 [Ver detalhes](#)

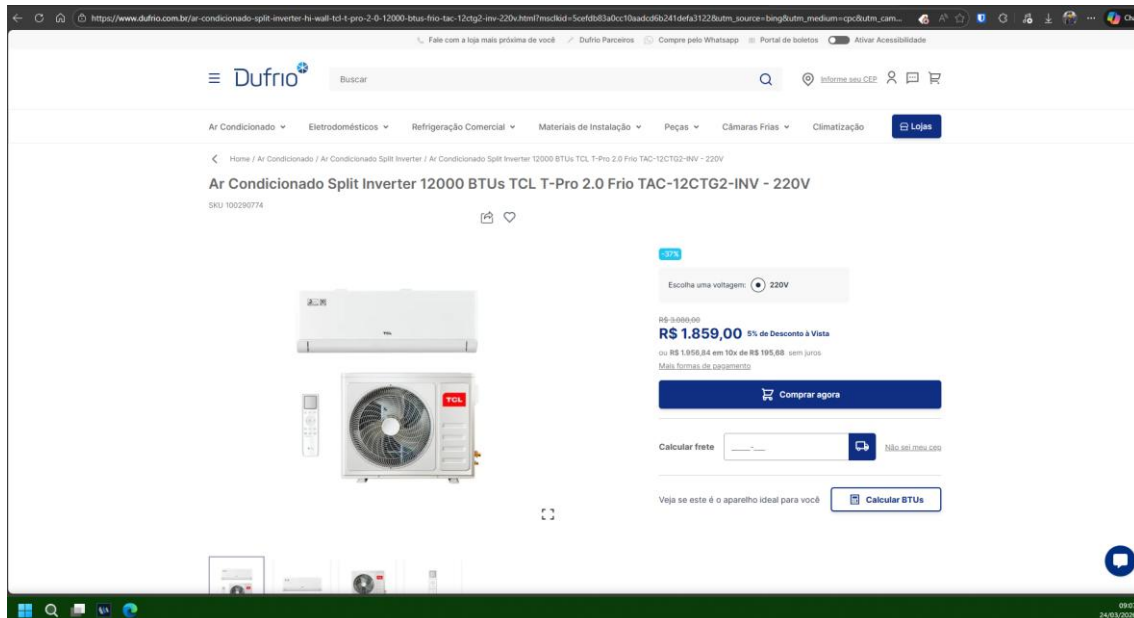
[COMPRAR](#)

Calcule o valor do Frete e prazo de entrega

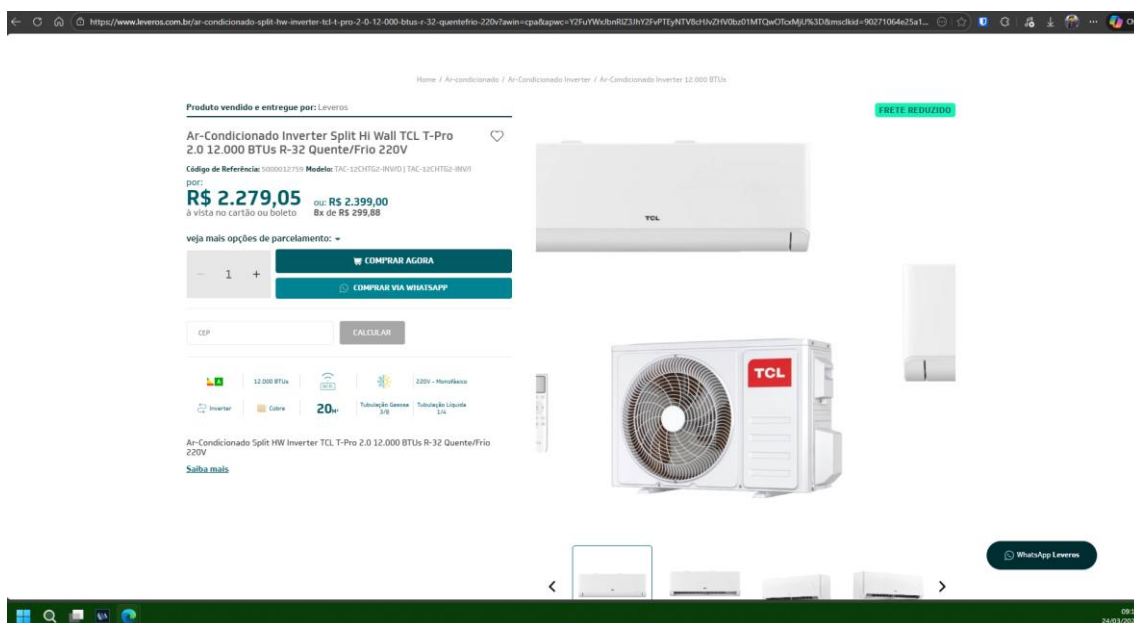
CEP: 04880275 [📍](#)

Sao Paulo/SP Normal Previsão de entrega até 27/Mar Grátis

[https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-12000-btus-frio-tac-12ctg2-inv-220v.html?msclkid=5cefdb83a0cc10aadcd6b241defa3122&utm\\_source=bing&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=%5BBING%5D%20%5BS,SE%5D%20%5BLS%5D%20DDG\\_PMX%20-%20Ar%20Condicionado%20Marcas&utm\\_term=2324436302384749&utm\\_content=Always%20On%20-%20TCL](https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-12000-btus-frio-tac-12ctg2-inv-220v.html?msclkid=5cefdb83a0cc10aadcd6b241defa3122&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=%5BBING%5D%20%5BS,SE%5D%20%5BLS%5D%20DDG_PMX%20-%20Ar%20Condicionado%20Marcas&utm_term=2324436302384749&utm_content=Always%20On%20-%20TCL)



[https://www.leveros.com.br/ar-condicionado-split-hw-inverter-tcl-t-pro-2-0-12-000-btus-r-32-quentefrio-220v?awin=cpa&apwc=Y2FuYWxJbnRlZ3JhY2FvPTEyNTV8cHJvZHV0bz01MTQwOTcxMjU%3D&msclkid=90271064e25a1ea631b579a69cec59a2&utm\\_source=bing&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=%5BUappi%5D%20\\_SSC\\_ArCondicionado%20-%20Shopping%20%5B02%5D&utm\\_term=4580771615537575&utm\\_content=Ad%20group%20%231](https://www.leveros.com.br/ar-condicionado-split-hw-inverter-tcl-t-pro-2-0-12-000-btus-r-32-quentefrio-220v?awin=cpa&apwc=Y2FuYWxJbnRlZ3JhY2FvPTEyNTV8cHJvZHV0bz01MTQwOTcxMjU%3D&msclkid=90271064e25a1ea631b579a69cec59a2&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=%5BUappi%5D%20_SSC_ArCondicionado%20-%20Shopping%20%5B02%5D&utm_term=4580771615537575&utm_content=Ad%20group%20%231)



## 18000 BTUs

<https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-18000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-18ctg2-inv-220v/p/kit10554>

BAIXE O APP SITE EOS AGVX NOSSAS LOJAS BLOG IMPULSIONA PORTAL DE BOLETINS VRF COMPRE PELO WHATSAPP CENTRAL DE ATENDIMENTO MEUS PEDIDOS

FRIGELAR 65 Enviar para São Paulo/SP Alterar CEP 04880-275

Ar-Condicionado Eletrodomésticos Eletroportáteis Climatização Peças Ferramentas Serviços Câmaras Frias EOS

Ar-Condicionado

Ar-Condicionado Split Inverter 18000 BTUs TCL T-Pro 2.0 High Wall S6 Frio TAC-18CTG2-INV 220V

Modelo: TCL T-Pro 2.0

Código: KIT0554 (Ver descrição completa)

Quantidade de BTUs: 9000 12000 18000 24000

Ciclo: Frio Quente/Frio

Entregue por Frigelar R\$ 4.499,00

**R\$ 2.899,00**

à vista com 7% de desconto no PIX

ou R\$ 3.117,20 em 8x de R\$ 389,65 sem juros

Mais formas de pagamento

Leve também

Instalação de Ar-Cond. R\$ 1.449,00

Garantia Estendida Agy. R\$ 363,55

COMPRAR

Calcular o valor do Frete e prazo de entrega

CEP: 04880275

São Paulo/SP

Normal

Previsão de entrega até: 31/Mar

Grátis

<https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-inverter-18000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-so-frio-tac-18ctg2-inv-220v/p/cg6fa93a04/ar/aciv/?msockid=12e212e0329b61923e25041b332a60cf>

magalu Digite seu CEP

Buscar no Magalu

Tem no magalu Cupons Celulares Eletrodomésticos TV e Vídeo Informática Móveis Saúde

Ar-Condicionado Split Inverter 18000 BTUs TCL T-Pro 2.0 High Wall S6 Frio TAC-18CTG2-INV 220V

Capacidade de refrigeração 18.000BTUs

18.000BTUs

Cor Branco

Voltagem 220V

Vendido e entregue por Frigelar

Descrição e ficha técnica

Código cg6fa93a04

O ar-condicionado Split Hi Wall TCL T-Pro 2.0 TAC-18CTG2-INV é perfeito para quem busca conforto e eficiência. Com capacidade de refrigeração de 18.000BTUs, ele é ideal para ambientes de até 30m². O compressor Inverter garante maior economia de energia e o ciclo frio proporciona um ambiente mais agradável e fresco. Conta com conexão Wi-Fi e controle por comando de voz, para você ter acesso a comandos rapidamente através da app TCL Home. E ainda, ele oferece diversas funções para você usá-lo da melhor maneira: Modo Eco: proporciona maior economia de energia. Modo Silêncio: funciona de forma silenciosa. Refrigeração em 30 segundos devido ao compressor Inverter. 7 Níveis de ajuste da velocidade do ar. Função Esterilização: Esteriliza e elimina em até 90% bactérias e vírus, além de garantir unidade livre de poeira e mofo. Alerta Limpa Filtro: Alerta o usuário para limpeza do filtro de ar. Autodiagnóstico: O equipamento identifica possíveis problemas e notifica através de um código exibido no painel da unidade interna.

Ficha Técnica

Marca TCL

R\$ 3.661,34

10% OFF no PIX

**R\$ 3.196,35** no Pix

ou R\$ 3.551,50 em 10x de R\$ 355,15 sem juros

Ver opções de pagamento

Calcular frete e prazo

Adicionar à sacola

Comprar agora

Antes da compra, confirmar com um técnico a voltagem do local de instalação, que pode ser 110V, 220V ou 380V.

Informações da loja

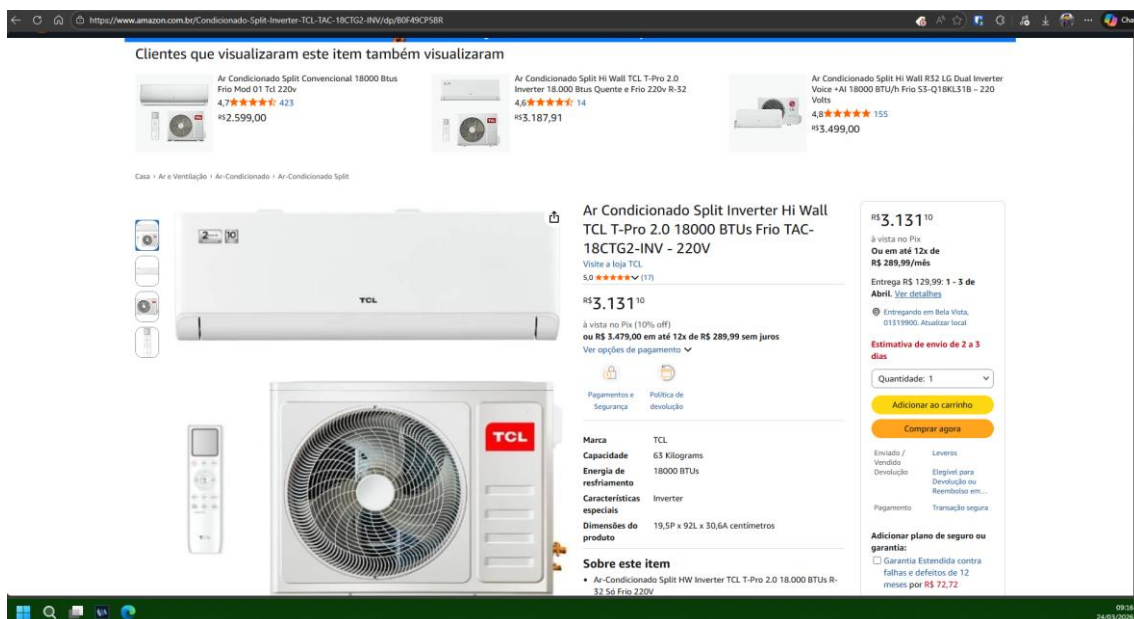
Frigelar

Loja Magalu desde 2021

Fale com lojista

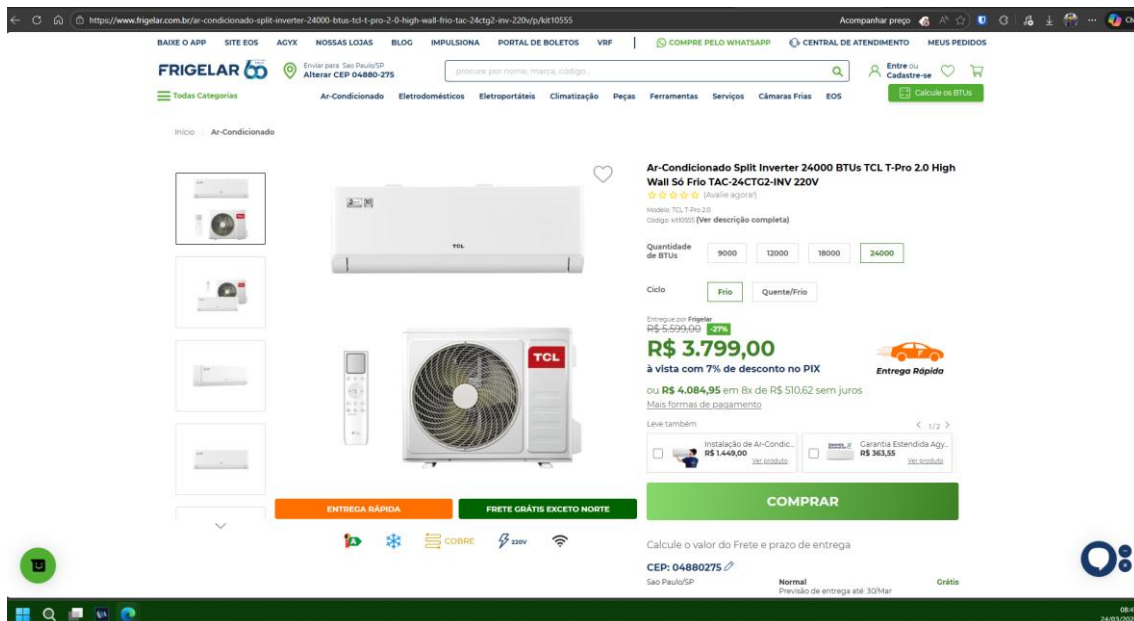
Seguir

<https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-18CTG2-INV/dp/B0F49CP5BR>



24000 BTUs

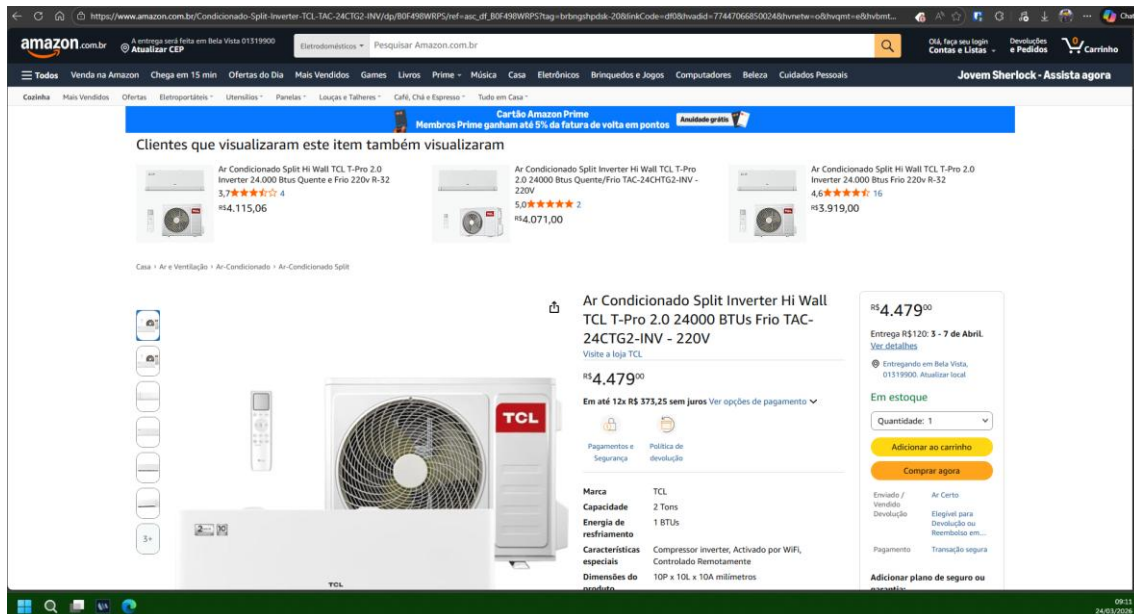
<https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-24000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-24ctg2-inv-220v/p/kit10555>



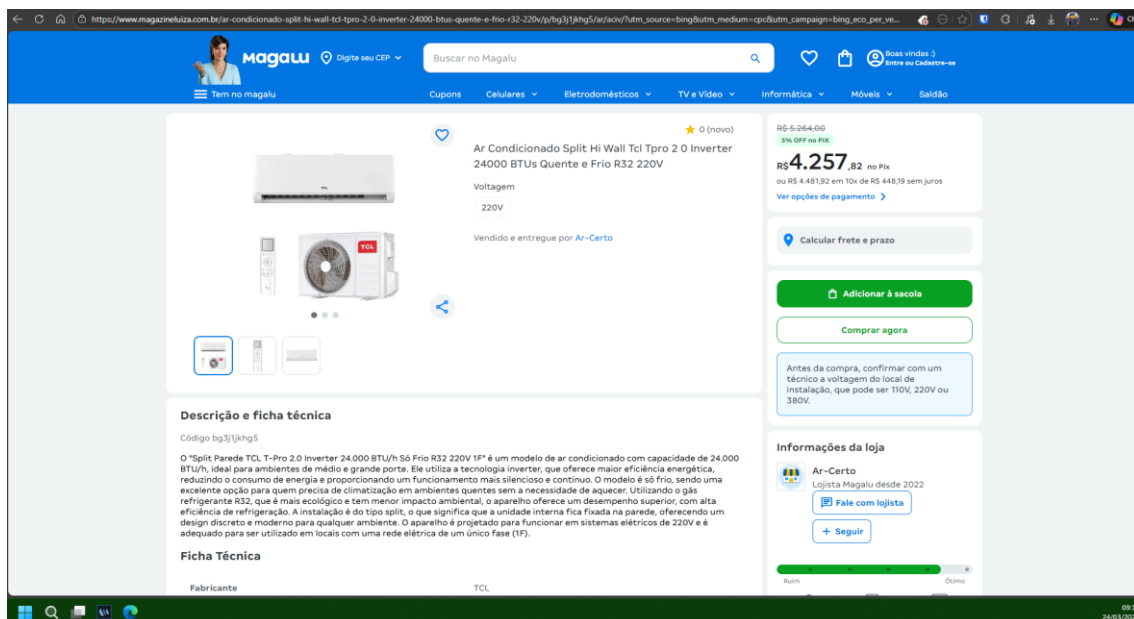
[https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-24CTG2-INV/dp/B0F498WRPS/ref=asc\\_df\\_B0F498WRPS?tag=brbngshpdk-](https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-24CTG2-INV/dp/B0F498WRPS/ref=asc_df_B0F498WRPS?tag=brbngshpdk-)



[20&linkCode=df0&hvaddid=77447066850024&hvnetw=o&hvqmt=e&hvbmt=be&hvdev=c&hvlocint=&hvlocphy=293421&hvtargid=pla-4581046495203736&psc=1&msclid=fd397d46ddef1dc375971484a2870bc0](https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-24CTG2-INV/dp/B0F498WRP5/ref=sr_uf_B0F498WRP5tag=trbngtpd&linkCode=df0&hvaddid=77447066850024&hvnetw=o&hvqmt=e&hvbmt=be&hvdev=c&hvlocint=&hvlocphy=293421&hvtargid=pla-4581046495203736&psc=1&msclid=fd397d46ddef1dc375971484a2870bc0)



[https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-hi-wall-tcl-tpro-2-0-inverter-24000-btus-quente-e-frio-r32-220v/p/bg3j1jkhg5/ar/aciv/?utm\\_source=bing&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=bing\\_eco\\_per\\_ven\\_sho\\_arp\\_sor\\_4p\\_ar\\_std&partner\\_id=76178&utm\\_term=76178&msclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&gclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&gclidsrc=3p.ds](https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-hi-wall-tcl-tpro-2-0-inverter-24000-btus-quente-e-frio-r32-220v/p/bg3j1jkhg5/ar/aciv/?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_arp_sor_4p_ar_std&partner_id=76178&utm_term=76178&msclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&gclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&gclidsrc=3p.ds)





# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Detalhado

### Informações básicas

**Número da Pesquisa**

16/2026

**UASG**

180194

**Status**

Concluída

**Editado por**

CELSO RICARDO DE BRITO

**Título:** Ares Condicionados**Observações:****Total de itens cotados:** 4**Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 80.179,6800

### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
461900 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Bi Split , Modelo: Split Inverter . Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Características Adicionais 1: Com Controle Remoto	Unidade	6
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 3.479,0000	R\$ 3.879,7800	R\$ 3.661,3400
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 11,4475% Desvio Padrão: 444,1374 Maior Preço: R\$ 4.499,0000		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	FRIGELAR - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 4.499,0000	24/03/2026	Sim

**Data da Cotação**

24/03/2026

**Marca/Modelo**

TCL

**Informações Adicionais**

-

**Hora da Cotação**

08:45

**Endereço Eletrônico**<https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-18000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-18ctg2-inv-220v/p/kit10554>**Anexos**

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	MAGALU - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 3.661,3400	24/03/2026	Sim



Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:15	<a href="https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-inverter-18000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-so-frio-tac-18ctg2-inv-220v/p/cg6fa93a04/ar/aciv/?msockid-12e212e0329b61923e25041b332a60cf">https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-inverter-18000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-so-frio-tac-18ctg2-inv-220v/p/cg6fa93a04/ar/aciv/?msockid-12e212e0329b61923e25041b332a60cf</a>	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	AMAZON - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 3.479,0000	24/03/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:16	<a href="https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-18CTG2-INV/dp/B0F49CP5BR">https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-18CTG2-INV/dp/B0F49CP5BR</a>	-

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
349350 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Bi Split , Modelo: Parede , Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU/H, Vazão Ar: 1.200 M3/H, Tensão: 220 V, Características Adicionais 1: Compressor Rotativo, Controle Remoto Sem Fio, Clas	Unidade	3
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 4.479,0000	R\$ 5.114,0000	R\$ 5.264,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 9,1783% Desvio Padrão: 469,3790 Maior Preço: R\$ 5.599,0000		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	FRIGELAR - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 5.599,0000	24/03/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:45	<a href="https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-24000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-24ctg2-inv-220v/p/kit10555">https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-24000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-24ctg2-inv-220v/p/kit10555</a>	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõ
2	III	AMAZON - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 4.479,0000	24/03/2026	Sim



Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:11	<a href="https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-24CTG2-INV/dp/BOF498WRPS/ref=asc_df_BOF498WRPS?tag=brbngshpds-20&amp;linkCode=df0&amp;hvadid=77447066850024&amp;hvnetw=o&amp;hvqmt=e&amp;hvbmt=be&amp;hvdev=c&amp;hvlocint=&amp;hvlocphy=293421&amp;hvtargid=pla-4581046495203736&amp;psc=1&amp;msclkid=fd397d46ddef1dc375971484a2870bc0">https://www.amazon.com.br/Condicionado-Split-Inverter-TCL-TAC-24CTG2-INV/dp/BOF498WRPS/ref=asc_df_BOF498WRPS?tag=brbngshpds-20&amp;linkCode=df0&amp;hvadid=77447066850024&amp;hvnetw=o&amp;hvqmt=e&amp;hvbmt=be&amp;hvdev=c&amp;hvlocint=&amp;hvlocphy=293421&amp;hvtargid=pla-4581046495203736&amp;psc=1&amp;msclkid=fd397d46ddef1dc375971484a2870bc0</a>	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	
3	III	MAGALU - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 5.264,0000	24/03/2026	

Data da Cotação	Marca/Modelo	Inf Ad
24/03/2026	TCL	-

Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	An
09:10	<a href="https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-hi-wall-tcl-tpro-2-0-inverter-24000-btus-quente-e-frio-r32-220v/p/bg3j1jkhg5/ar/aciv/?utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_arp_sor_4p_ar-std&amp;partner_id=76178&amp;utm_term=76178&amp;msclkid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&amp;gclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&amp;gclsrc=3p_ds">https://www.magazineluiza.com.br/ar-condicionado-split-hi-wall-tcl-tpro-2-0-inverter-24000-btus-quente-e-frio-r32-220v/p/bg3j1jkhg5/ar/aciv/?utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_arp_sor_4p_ar-std&amp;partner_id=76178&amp;utm_term=76178&amp;msclkid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&amp;gclid=f6f619fb52541f35784a70392de9f2ad&amp;gclsrc=3p_ds</a>	-

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
226744 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Parede , Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU/H, Vazão Ar: 380 M3/H, Tensão: 220 V, Frequência: 60 HZ, Nivel Ruído Interno: 36 DB, Características Adicionais: Refrigera/Ventila/Desumidifica /Aquece/ , Capacidade Aquecimento: 10.900 BTU/H, Corrente Elétrica Refrigeração: 4,20 A, Corrente Elétrica Aquecimento: 4,60 A, Potência Elétrica Refrigeração: 930 W, Potência Elétrica Aquecimento: 2.700 W, Nivel Ruído Externo: 50 DB, Largura Interna: 770 MM, Largura Externa: 848 MM, Quantidade Fases: 1 UN, Altura Interna: 250 MM, Altura Externa: 540 MM, Profundidade Interna: 180 MM, Profundidade Externa: 320 MM, Peso Interno: 8,50 KG, Peso Externo: 32 K	Unidade	6
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.719,0000	R\$ 2.899,6467	R\$ 2.981,9400
Coeficiente de Variação: 4,4110% Desvio Padrão: 127,9046 Maior Preço: R\$ 2.998,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	FRIGELAR - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 2.981,9400	24/03/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
08:44	<a href="https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-9000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-09ctg2-inv-220v/p/kit10547">https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-9000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-09ctg2-inv-220v/p/kit10547</a>	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	Dufrio - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 2.719,0000	24/03/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:00	<a href="https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-9000-btus-frio-tac-09ctg2-inv-220v.html">https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-9000-btus-frio-tac-09ctg2-inv-220v.html</a>	-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	GAZIN - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 2.998,0000	24/03/2026	Sim

Data da Cotação	Marca/Modelo	Informações Adicionais
24/03/2026	TCL	-
Hora da Cotação	Endereço Eletrônico	Anexos
09:02	<a href="https://www.gazin.com.br/produto/ar-condicionado-9000-btus-inverter-t-pro-20-tac-09ctg2-inv-tcl-frio/8694/branco/220-volts">https://www.gazin.com.br/produto/ar-condicionado-9000-btus-inverter-t-pro-20-tac-09ctg2-inv-tcl-frio/8694/branco/220-volts</a>	-

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
244046 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall , Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU/H, Vazão Ar: 526 M3/H, Tensão: 220 V, Frequência: 50/60 HZ, Características Adicionais: Controle Remoto Digital Sem Fio / Compressor Rota- , Corrente Elétrica Refrigeração: 6,40	Unidade	8
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2.399,0000	R\$ 2.952,2233	R\$ 3.066,0000
Coeficiente de Variação: 13,9950% Desvio Padrão: 413,1644 Maior Preço: R\$ 3.391,6700		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	FRIGELAR - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 3.391,6700	24/03/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo		Informações Adicionais			
24/03/2026		TCL		-			
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico		Anexos			
08:45		<a href="https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-12000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-12ctg2-inv-220v/p/kit10553">https://www.frigelar.com.br/ar-condicionado-split-inverter-12000-btus-tcl-t-pro-2-0-high-wall-frio-tac-12ctg2-inv-220v/p/kit10553</a>		-			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	III	DUFRIO - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 3.066,0000	24/03/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
24/03/2026		TCL	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:07		<a href="https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-12000-btus-frio-tac-12ctg2-inv-220v.html?msclkid=5cefdb83a0cc10aadcd6b241defa3122&amp;utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=%5BBING%5D%20%5BS,SE%5D%20%5BLS%5D%20DDG_PMX%20-%20Ar%20Condicionado%20Marcas&amp;utm_term=2324436302384749&amp;utm_content=Always%20On%20-%20TCL">https://www.dufrio.com.br/ar-condicionado-split-inverter-hi-wall-tcl-t-pro-2-0-12000-btus-frio-tac-12ctg2-inv-220v.html?msclkid=5cefdb83a0cc10aadcd6b241defa3122&amp;utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=%5BBING%5D%20%5BS,SE%5D%20%5BLS%5D%20DDG_PMX%20-%20Ar%20Condicionado%20Marcas&amp;utm_term=2324436302384749&amp;utm_content=Always%20On%20-%20TCL</a>	-				

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	III	LEVEROS - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 2.399,0000	24/03/2026	Sim
Data da Cotação		Marca/Modelo	Informações Adicionais				
24/03/2026		TCL	-				
Hora da Cotação		Endereço Eletrônico	Anexos				
09:10		<a href="https://www.leveros.com.br/ar-condicionado-split-hw-inverter-tcl-t-pro-2-0-12-000-btus-r-32-quentefrio-220v?awin=cpa&amp;apwc=Y2FuYWxJbnRIZ3JhY2FvPTEyNTV8cHJvZHV0bz01MTQwOTcxMjU%3D&amp;msclkid=90271064e25a1ea631b579a69cec59a2&amp;utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=%5BUapi%5D%20_SSC_ArCondicionado%20-%20Shopping%20%5B02%5D&amp;utm_term=4580771615537575&amp;utm_content=Ad%20group%20%231">https://www.leveros.com.br/ar-condicionado-split-hw-inverter-tcl-t-pro-2-0-12-000-btus-r-32-quentefrio-220v?awin=cpa&amp;apwc=Y2FuYWxJbnRIZ3JhY2FvPTEyNTV8cHJvZHV0bz01MTQwOTcxMjU%3D&amp;msclkid=90271064e25a1ea631b579a69cec59a2&amp;utm_source=bing&amp;utm_medium=cpc&amp;utm_campaign=%5BUapi%5D%20_SSC_ArCondicionado%20-%20Shopping%20%5B02%5D&amp;utm_term=4580771615537575&amp;utm_content=Ad%20group%20%231</a>	-				

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

# Nota Técnica

## I – OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo da presente contratação é a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo Split Inverter**, nas capacidades de 9.000, 12.000, 18.000 e 24.000 BTUs, para uso na Unidade, visando proporcionar condições adequadas de climatização dos ambientes, conforto térmico aos usuários e preservação de equipamentos e documentos institucionais.

## II – FONTES CONSULTADAS

Para a definição do valor estimado da contratação, foram utilizados os parâmetros previstos no **inciso III do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888/2023**, mediante **consulta a sítios eletrônicos especializados**, incluindo plataformas digitais de fornecedores e páginas públicas de comercialização.

O preço estimado considerou o mínimo de **03 (três) cotações válidas**, nos termos do **artigo 4º, caput, do Decreto Estadual nº 67.888/2023**, observando-se a compatibilidade das especificações técnicas, atualidade dos valores e condições comerciais equivalentes.

## III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A série de preços coletados encontra-se detalhada no **Relatório da Pesquisa de Preços**, o qual integra o presente processo administrativo, contendo os valores obtidos nos sítios eletrônicos consultados para cada capacidade de equipamento.

---

#### IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO E JUSTIFICATIVA

A obtenção do preço estimado deu-se com base na **média dos valores coletados**, conforme previsto no **artigo 4º, caput, do Decreto Estadual nº 67.888/2023**.

A adoção da média como critério estatístico justifica-se em razão da **variação significativa dos preços praticados no mercado**, bem como da necessidade de se obter um valor representativo e confiável, mitigando a influência de valores extremos (excessivamente elevados ou inexequíveis).

#### V – MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

A memória de cálculo consta no **Relatório da Pesquisa de Preços**, elaborado com base no **método da mediana dos valores obtidos junto aos fornecedores consultados em sítios eletrônicos**.

O valor estimado para a contratação dos aparelhos de ar-condicionado Split Inverter é de:

**R\$ 80.179,68 (oitenta mil e cento e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).**

---

#### VI – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

**CELSO RICARDO DE BRITO**

1º Ten PM Chefe da Logística

---

Relatório emitido em 08/04/2026 16:32

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

# Documento de Formalização da Demanda 52/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 52/2025

## 1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Setor de Logística	31/03/2026 00:00	180194	MARCELO CRIPPA PRESOTTO
Descrição sucinta do objeto			
OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. (BEC ND 44905234).			

## 2. Justificativa de Necessidade

A contratação é necessária para a reposição do estoque, a fim de evitar o esgotamento do material e a solução de continuidade dos serviços prestados pela OPM.

## 3. Materiais/Serviços

### 3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Equipamento de ar condicionado			1,00	64.485,00	64.485,00

### 3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

## 4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CELSO RICARDO DE BRITO**

Chefe do Setor de Logística

**MARCELO CRIPPA PRESOTTO**

Auxiliar do Setor de Logística

## 5. Acompanhamento

Id Acompanhamento	Responsável	Data
1 Inserção de insumos para abastecimento da unidade.	MARCELO CRIPPA PRESOTTO	01/06/2025 08:23



2	Inserção de insumos para abastecimento da unidade.	MARCELO CRIPPA PRESOTTO	14/05/2025 16:56
3	Inserção de insumos para abastecimento da unidade.	MARCELO CRIPPA PRESOTTO	12/05/2025 13:48

---

**6. Relacionamentos**

Nenhum relacionamento encontrado.

## ESP-CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 8/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
8/2026	CELSO RICARDO DE BRITO	02/04/2026 10:46
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de Kits de Drones e acessórios.		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	CONTRATAÇÃO					
	NÃO ATENDER AS NECESSIDADES D A ADMINISTRAÇÃO	Falhas na elaboração do ETP, erro no dimensionamento da demanda.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Desperdício de recursos públicos.				
	2	Não atendimento adequado das necessidades da Administração.				
	Ações Preventivas					
P-01	Atenção às reais necessidades da Administração na elaboração dos documentos que nortearão a contratação.				Responsável: CELSO RICARDO DE BRITO	
C-01	Ações de Contingência					
	Avaliar a possibilidade de sanar com a alteração contratual.				Responsável: ROBERTO DE FREITAS MARTINS	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	SELEÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS CUMPRIR CONTRATO	Falta de critérios para avaliação quanto à capacidade técnica e operacional do fornecedor; e falha na conferência dos documentos na fase de habilitação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Não atendimento às necessidades da Administração.				
	2	Desperdício de Recursos Públicos.				
	Ações Preventivas					
P-01	Levantamento dos requisitos necessários para a contratação compatível com o objeto.				Responsável: CELSO RICARDO DE BRITO	
C-01	Ações de Contingência					
	Rescisão Contratual.				Responsável: ROBERTO DE FREITAS MARTINS	
	Deflagração de novo processo de contratação.				Responsável: FERNANDO HENRIQUE PASCOAL	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	REDAÇÃO INADEQUADA DO TERMO DE REFERÊNCIA	Erros no pedido de contratação, e construção inadequada do Estudo Técnico Preliminar - ETP.	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
	1	Não atendimento às necessidades da Administração.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Aperfeiçoar o detalhamento das especificações.			Responsável: CELSO RICARDO DE BRITO	
P-02	Elaborar estudo técnico preliminar para levantamento real das necessidades e, de como atendê-las.				Responsável: FERNANDO HENRIQUE PASCOAL	
P-03	Definição de requisitos mínimos de qualidade de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa que atenda as necessidades que originaram a contratação.				Responsável: ALEXANDRE MATOS MAURICIO	

Ações de Contingência						
C-01	Alteração ou elaboração de novo Termo de Referência, com informações mais completas.			Responsável: CELSO RICARDO DE BRITO		
C-02	Arquivamento do processo de contratação.			Responsável: ROBERTO DE FREITAS MARTINS		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	VALOR DE REFERÊNCIA INADEQUADO	Falhas nas pesquisas de preços e falta de conferência na planilha de formação de preços.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atendimento às necessidades da Administração.					
2	Não contratação do serviço (fracassado ou deserto).					
Ações Preventivas						
P-01	Pesquisa de preços condizente com o mercado para elaboração do preço de referência.			Responsável: ALBERTO DOS SANTOS RIBEIRO		
P-02	Seguir orientação normativa quanto as formas e prazos a serem observados nas pesquisas de mercado.			Responsável: FELIPE BORELLA TANNO		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar diligência, se for o caso de percepção de sobrepreço devido a erro no valor de referência.			Responsável: QUERCIO PAULO DE OLIVEIRA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

CELSO RICARDO DE BRITO

Chefe Logística



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 10:59:25.



# Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO – 202XNEXXXXXXXX

UG	180194 – CTO. DE INTELIGENCIA DA POLICIA MILITAR				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão	XX/XX/202X				

CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Endereço	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	UF	XXXXXXX	CEP	XXXXX-XXX

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
XXXXXX	18004	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXX	180013	XXX.XXX.XXX	XXXXXX

No Processo	XXXXXXXXXXXX	Acordo					
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI FED 14.133/21				
Licitação	XX - XXXXXXX	Modalidade	X - XXXXXXX				
Empenho Orig.		Nº Contrato	2024CTXXXX	Nº OC			

Valor do Empenho R\$	X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)
----------------------	---------------------------------

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>XX</td><td>XX,XX</td></tr></table>	Mês	Valor	XX	XX,XX
Mês	Valor				
XX	XX,XX				

Sequência	001	Item	XXXXXXXX-	Unid. Forn.	XXXXX
Quantidade	XXXXXXXX,XXX	Valor Unitário	X.XXX,XX	Preço Total	XX,XX

Descrição					
SERVICO ou AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXX					



# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	XX,XXX
Local de Entrega	RUA XX
Data de Entrega	XX/XX/202X

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPFXXXXXXXXXXXXX  
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	CPFXXXXXXXXXXXXX
--------------------------	------------------



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.



**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

**3 - no caso de obras e serviços de engenharia:**

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;**

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**

**II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**

**III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**

**IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**  
Secretário da Segurança Pública



Atenção!!! (Utilizar papel Timbrado da empresa)

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Unidade Contratante: Centro de Inteligência da Polícia Militar-CIPM

Município: São Paulo/SP

Pregão: \_\_\_\_\_

Processo: \_\_\_\_\_

Edital: \_\_\_\_\_

ITEM	CATMAT (catálogo.compras.gov.br)	Unidade de Medida	Quantidade Total	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (RESUMIDA)	Marca	Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	226744	Unidade	6	Ar-Condicionado 9000 BTUs				
2	244046	Unidade	8	Ar-Condicionado 12000 BTUs				
3	461900	Unidade	6	Ar-Condicionado 18000 BTUs				
4	349350	Unidade	3	Ar-Condicionado 24000 BTUs				

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

Validade da proposta:

Nome: da pessoa que emitiu a proposta

CPF: da pessoa que emitiu a proposta

Nome da Empresa:

CNPJ:

Telefone:

e-mail:

ASSINATURA